



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO Nº 1022473-07.2019.4.01.9999
APELAÇÃO CÍVEL (198)
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
APELADO: MARIO AVELINO DA SILVA
RELATOR(A): JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Gab. 03 - DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1022473-07.2019.4.01.9999

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta pelo INSS contra sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial e determinou à autarquia a concessão de aposentadoria por invalidez à parte autora, desde a data da cessação do auxílio-doença.

O INSS requerer, no dispositivo do recurso, a “cassação ou anulação da sentença”, sem, contudo, apresentar qualquer causa de nulidade da sentença ou questionamento quanto ao mérito nas razões recursais, limitando-se a requerer a fixação da DIB na data do laudo e para que seja consignada, no acórdão, a possibilidade de revisão administrativa do benefício, independentemente de processo judicial, caso não persistam as condições legais de sua concessão.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

VOTO VENCEDOR

VOTO - VENCEDOR



PODER JUDICIÁRIO
Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 03 - DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1022473-07.2019.4.01.9999

VOTO

Apelação que preenche os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade.

Limites da apelação à matéria efetivamente impugnada

Nos termos do art. 1.010, inciso II, do CPC/2015, são requisitos essenciais à interposição da apelação, os nomes e a qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma e o pedido de reforma da sentença.

O efeito devolutivo da apelação, previsto nos arts. 1.002 e 1.013 do CPC, consagra o princípio tantum devolutum quantum appellatum, transferindo ao Tribunal ad quem o exame da matéria impugnada no recurso.

Desse modo, o Tribunal somente poderá conhecer das matérias que tenham sido efetivamente objeto de impugnação nas razões recursais, não podendo se manifestar sobre matéria não impugnada, sob pena de incidir em julgamento extra ou ultra petita.

Nesse sentido, cito precedente do Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA C.C. COBRANÇA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE ANALISOU MATÉRIA QUE A ELE NÃO FOI DEVOLVIDA. PRIMEIRA INSTÂNCIA QUE TAMBÉM NÃO SE POSICIONOU SOBRE O TEMA DECIDIDO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM NÃO OBSERVADO. ACÓRDÃO EXTRA PETITA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 128, 460 E 515, TODOS DO CPC/73 CONFIGURADA. PRECEDENTES. ACÓRDÃO ANULADO. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO. INCIDÊNCIA DA

MULTA DO ART. 1.004, § 10, DO NCPC. DECISÃO

MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

2. Nos termos do art. 515, caput e § 1º, do CPC, que dispõe sobre o efeito devolutivo da apelação, ao tribunal só é dado avaliar as questões suscitadas e discutidas no processo em primeiro grau.

3. Pelo princípio tantum devolutum quantum appellatum, cabe ao Tribunal apreciar, somente, o recurso de apelação nos limites de sua impugnação.

(...)

(AgInt no REsp 1554992/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, DJe 02/03/2018).

No caso dos autos, em que pese o INSS requerer, no dispositivo recursal, a integral reforma da sentença ou a sua anulação, não apresenta qualquer questionamento quanto ao mérito da ação em suas razões recursais, ou mesmo os motivos que poderiam infirmar os fundamentos da sentença, limitando a exposição dos fatos e do direito à impugnação de consectários da condenação principal, como é o caso do termo inicial do benefício.

Portanto, na parte em que não houve impugnação, este Tribunal não poderá se manifestar, devendo-se ater aos pedidos e respectivos fundamentos declinados na apelação. Em tais casos, a falta de fundamentação ou a sua deficiência importará em não conhecimento do recurso quanto ao tema, excetuadas as matérias cognoscíveis de ofício de que não cuida a espécie. Assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. LIMITES DO PEDIDO. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA INICIAL. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. SENTENÇA ALÉM DO PEDIDO. REDUÇÃO. DANO MORAL COLETIVO. RECUPERAÇÃO FLUIDA (FLUID RECOVERY). DISTINÇÃO. APLICAÇÃO NA HIPÓTESE CONCRETA. DANOS INDIVIDUAIS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

(...)

5. Cabe ao julgador a interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na petição inicial a partir da análise dos fatos e da causa de pedir, considerados em todo o seu conteúdo, o que permitirá conceder à parte o que foi por ela efetivamente requerido. Precedentes.

6. Aplicação independente, fora do pedido (última petição) e

b. implica julgamento tora ao pedido (ultra petita) a concessão de tutela jurisdicional que não se encontra, sequer implicitamente, abrangida no pedido formulado na petição recursal, extraído mediante sua interpretação lógico-sistemática de todo seu conteúdo e não apenas da parte destinada aos requerimentos finais.

7. Na hipótese de o julgamento ter conferido ao autor coisa além da pedida, (sentença ultra petita) não há necessidade de se invalidar o ato jurisdicional em sua totalidade, bastando, para que haja a readequação ao princípio da congruência, seja o comando sentencial reduzido ao âmbito do pedido formulado pelas partes.

(...)

11. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

12. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

(REsp 1741681/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 26/10/2018).

Assim, o mérito da apelação restringe-se tão somente às questões efetivamente impugnadas, de modo que outras questões, que poderiam alterar a conclusão da sentença, como o não atendimento de requisitos para a obtenção do benefício previdenciário, deverão ou poderão ser objeto de ação rescisória, se preenchidos os respectivos requisitos legais para elisão da decisão judicial.

Em conclusão, os pontos efetivamente impugnados na apelação são os resolvidos a seguir.

Termo inicial do benefício – DIB

O termo inicial do benefício é a data da postulação administrativa, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.213/1991, por expressa determinação do § 2º do art. 57 da mesma lei, ou o dia imediato ao da cessação indevida do auxílio-doença, estando o segurado em gozo deste benefício, nos termos do art. 43 da referida Lei de Benefícios.

Na falta da postulação administrativa, o início da prestação é a data do ajuizamento da ação, conforme já se posicionou o Supremo Tribunal Federal no debate do RE 631.240, em repercussão geral. (STF, Ministro Roberto Barroso, Pleno, julgado em 03/09/2014, DJe 10/11/2014).

Ressalte-se que o pedido do INSS para que a data de início do benefício seja fixada após a juntada do laudo pericial judicial aos autos foi descartada pelo STJ, nestes termos: “É firme a orientação do STJ de que o laudo pericial não pode ser utilizado como parâmetro

para fixar o termo inicial de aquisição de direitos. Com efeito, segundo a hodierna orientação pretoriana, o laudo pericial serve tão somente para nortear tecnicamente o convencimento do juízo quanto à existência da incapacidade para a concessão de benefício". (STJ, REsp 1795790/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/04/2019).

Em todos os casos, há de se aplicar o princípio do livre convencimento motivado, que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício em data diversa, mediante a análise do conjunto probatório.

No caso dos autos, o termo a quo deve ser a data fixada na sentença (cessação em 11/12/2017), tendo em vista o laudo pericial confirmar a incapacidade laborativa do autor desde 08/2017, o que confirma que a suspensão do benefício foi indevida.

Recuperação da capacidade laboral e cessação do benefício

Em regra, pode e deve a Previdência Social proceder à submissão do segurado a exame médico, para manter ou fazer cessar o benefício, nos termos dos arts. 70 e 71 da Lei de Custeio e do art. 101 da Lei de Benefícios, porque o fato jurígeno do direito é a incapacidade temporária para o trabalho e não a tramitação do processo judicial, que pode fazer delongar no tempo a percepção injustificada de benefício previdenciário.

O processo judicial não tem por efeito congelar a incapacidade laboral, que só a perícia médica pode atestar, e a recuperação da capacidade de trabalho configura fato superveniente à propositura da ação e que deverá ser levado em consideração pelo juiz ao proferir sua sentença, nos termos do art. 493 do CPC/2015, reconhecendo o direito ao benefício até a recuperação, se for o caso, da condição de trabalho, atestada pela perícia.

Portanto, o pagamento do benefício previdenciário deve ser mantido até que o segurado seja submetido à nova perícia médica, cuja conclusão pode ser pela prorrogação ou não do benefício.

No entanto, os aposentados por invalidez e o pensionista inválido estão isentos de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 (sessenta) anos de idade, nos termos do art. 101, § 1º, inciso II, da Lei n. 8.213/1991, na redação que lhe dera a Lei n. 13.457/2017.

Desse modo, na hipótese dos autos, considerando-se a idade do autor, que já completou 65 anos, o pedido do INSS para constar no acórdão a possibilidade de revisão do benefício, independentemente de processo judicial, encontra óbice na referido dispositivo legal.

Honorários advocatícios recursais

A vigência do CPC de 2015 introduziu importante alteração no que se refere aos honorários advocatícios, impondo sua majoração, pois o Código determina que **o tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente**, nos termos do art. 85, § 1º, vale dizer, nos casos em que se provocar mais um pronunciamento judicial definitivo, em razão de recurso interposto por uma ou por ambas as partes.

Em todos os casos em que, não obstante desprovida a apelação, não tiver havido contrarrazões, não se majoram os honorários advocatícios em favor do advogado do apelado, que não desenvolveu, nos autos, nenhum trabalho adicional para esse resultado, ficando mantidos os honorários como fixados inicialmente na instância originária.

A apuração final dos honorários advocatícios, inclusive quanto às faixas regressivas, sempre no percentual mínimo, sucumbente a Fazenda Pública, dar-se-á por ocasião da efetivação do julgado, nos termos do inc. II do § 4º do art. 85 do CPC, observando-se os casos de gratuidade de justiça e a respectiva suspensão da execução, conforme art. 98, § 3º, do mesmo código.

No caso dos autos, deve-se aplicar o disposto no art. 85, § 11, para majorar os honorários em 1% (um por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença de procedência a título de honorários recursais.

Conclusão

Em face do exposto, **conheço parcialmente** da apelação do INSS e, nessa parte, **nego-lhe provimento**; os honorários advocatícios fixados na origem serão ajustados nos termos do presente voto, tudo a ser apurado na execução.

É como voto.

DEMAIS VOTOS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 03 - DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO CÍVEL (198) n.1022473-07.2019.4.01.9999

APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

APELADO: MARIO AVELINO DA SILVA

Advogados do(a) APELADO: SERGIO AVELINO DE CARVALHO - MG48917, ANDRE LUIZ LEAO APOLINARIO - MG104341

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. MÉRITO NÃO IMPUGNADO NO RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. TERMO A QUO. REVISÃO DO BENEFÍCIO NA VIA ADMINISTRATIVA. SEGURADO ISENTO. ART. 101, § 1º, INCISO II, DA LEI N. 8.213/1991. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015.

1. De acordo com o princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, previsto nos arts. 1.002 e 1.013 do CPC de 2015, o Tribunal somente poderá conhecer das matérias que tenham sido efetivamente objeto de impugnação nas razões recursais, não podendo se manifestar sobre matéria não impugnada, sob pena de incidir em julgamento extra ou ultra petita.

2. No caso dos autos, o apelante requer a integral reforma da sentença, não apresentando, contudo, em suas razões recursais, qualquer questionamento quanto ao mérito da ação, ou mesmo dos motivos que poderiam infirmar os fundamentos da sentença, limitando a exposição dos fatos e do direito à impugnação do termo inicial do benefício e à possibilidade de revisão administrativa do benefício, pois, quanto à parte em que não houve impugnação, já decidiu o STJ que a ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema (REsp 1.741.681/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 23/10/2018).

3. O pedido do INSS para que a data de início do benefício seja fixada após a juntada do laudo pericial judicial aos autos foi descartada pelo STJ, nestes termos: “É firme a orientação do STJ de que o laudo pericial não pode ser utilizado como parâmetro para fixar o termo inicial de aquisição de direitos. Com efeito, segundo a hodierna orientação pretoriana, o laudo pericial serve tão somente para nortear tecnicamente o convencimento do juízo quanto à existência da

incapacidade para a concessão de benefício". (STJ, REsp 1795790/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/04/2019).

4. Na espécie, a DIB deve ser a data da cessação indevida do auxílio-doença, nos termos do art. 43 da Lei n. 8.213/91, conforme sentença.

5. Os aposentados por invalidez e o pensionista inválido estão isentos de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 (sessenta) anos de idade, nos termos do art. 101, § 1º, inciso II, da Lei n. 8.213/1991, na redação que lhe dera a Lei n. 13.457/2017. Essa é a hipótese dos autos.

6. Honorários recursais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015.

7. Apelação do INSS parcialmente conhecida e, nessa parte, desprovida.

A C Ó R D ã O

Decide a Turma, à unanimidade, conhecer em parte da apelação e, nessa parte, negar-lhe provimento.

1ª Turma do TRF da 1ª Região – 22/07/2020.

Desembargador Federal JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

Relator

Assinado eletronicamente por: JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

27/07/2020 15:55:15

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 67722571



200727155515002000000

IMPRIMIR

GERAR PDF